

**PARA REVITALIZAR A LIDERANÇA
NORTE-AMERICANA**

Cabeça a cabeça — a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos, de *Lester Thurow* (tradução de *Alberto Lopes*). Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1993, 381 pp.

Marcos Antonio Macedo Cintra

A última reunião do G7 ocorrida no início de julho em Tóquio torna oportuna a publicação no Brasil do livro de Lester Thurow, pois trata dos

impasses na construção de uma nova ordem econômica internacional: os Estados Unidos controlam as armas e a principal moeda internacional de reserva; o Japão, no entanto, detém o novo paradigma tecnológico-industrial e tornou-se a principal potência financeira do planeta (mas opera em dólar e não em iene); a Comunidade Econômica Européia, por sua vez, possui o maior mercado consumidor, tendo a Alemanha à frente como um *global trader*. Enfim, o mundo capitalista reorganizado em torno do poder militar e econômico dos Estados Unidos, característico do pós-guerra, desapareceu. Os interesses assimétricos e crescentemente conflitantes,

sobretudo no sistema monetário internacional, esfacelaram o padrão monetário constituído a partir do interesse nacional americano e de suas empresas transnacionais.

Thurow, juntamente com Robert Reich e Laura Tyson, representam a face heterodoxa do novo presidente dos Estados Unidos. São partidários de uma economia mais dirigida e de uma política industrial e comercial mais agressiva, principalmente nos setores de alta tecnologia. Defendem, ainda, uma reforma educacional ampla, priorizando o ensino profissionalizante; uma audaciosa reorganização dos sistemas financeiros e tributários etc.

O ponto de partida de Thurow é a identificação de um novo modelo de capitalismo. Os modelos vencedores — Japão e Alemanha — constituiriam um "capitalismo comunitário" (ou uma "economia do produtor"), muito distinto do "capitalismo individual" (ou uma "economia do consumidor") anglo-norte-americano. A marca deste último seria a "liberdade" dos agentes econômicos: livre deslocamento da mão-de-obra; inexistência de relação perene entre as empresas e sua força de trabalho; elevada mobilidade dos capitais; maximização dos lucros dos acionistas etc. Neste modelo, a intervenção estatal é apresentada como destrutiva, e por certo não pode estimular o crescimento econômico.

O "capitalismo comunitário" privilegia o engajamento do indivíduo numa equipe. A empresa representa uma concentração de benefícios sociais, que não se refletem plenamente no preço unitário das ações. A manutenção de uma mão-de-obra fabril e de vendas treinada e de instalações de pesquisa e desenvolvimento é considerada como fonte de competitividade a longo prazo. Neste caso, seria de interesse da nação proteger e estimular suas empresas através de políticas estatais ativas.

Ademais, conforme Thurow, mudou a natureza da competição empresarial: "O que foi uma era de competição pela conquista de nichos de mercado na última metade do século XX vai se tornar uma era de competição frente a frente na primeira metade do século XXI. A competição de nicho consiste em conquistar um número cada vez maior de segmentos de mercado. Todos têm um lugar onde se destacam: ninguém perde a sua fatia de negócios. A sua filosofia é ganhar-ganhar. Na competição frente a frente, ou cabeça a cabeça (*head to head*) se preferirem, pode-se ganhar ou perder. Nem todos contarão com as sete indústrias-chave" (p. 32).

Noutras palavras, de um cenário dominado pelas exportações de nichos evoluiu-se gradativamente para um intensamente competitivo de exportações confrontantes (concorrência frontal, agressiva). Com o objetivo de alargar suas fatias de mercado, as empresas japonesas, por exemplo, reduzem suas margens de lucro, algo impensável no modelo anglo-norte-americano.

Já que "novas realidades forcem a criação de novas virtudes — novos procedimentos, novas regras e novas instituições" (p. 17) é necessário pensar em soluções inovadoras. Thurow propõe algumas, das quais salientaremos três: (a) a coordenação macroeconômica tripolar; (b) as finanças industrializantes; (c) as políticas industriais defensivas. E, por oportuno, destacaremos algumas sugestões sobre a reestruturação dos países latino-americanos.

Thurow afirma que "olhando para a frente, o próximo meio século será um jogo competitivo-cooperativo-tripartite entre o Japão, a Europa e os Estados Unidos". A preocupação do Autor é com o novo centro dinâmico da economia mundial, papel desempenhado até final dos anos 80 pelos Estados Unidos. Por um lado, verifica-se que a velha locomotiva mundial mostra claros sinais de que seus motores — o déficit comercial, o déficit orçamentário e a dívida pública interna e externa — precisam ser ajustados. Por outro lado, constata-se a impossibilidade de transformar o Japão e a Alemanha em centros propulsores da economia internacional, substituindo os Estados Unidos. Aqueles países não dispõem de uma estrutura econômica para gerar um volume de demanda capaz de dinamizar o comércio mundial e as economias nacionais. Isto é, a Alemanha e o Japão teriam de produzir déficits comerciais e fiscais incompatíveis com a natureza de suas indústrias e indesejáveis para a estabilidade macroeconômica doméstica.

Assim, nasce a necessidade do modelo tripartite de coordenação macroeconômica internacional e Thurow vaticina: "O jogo econômico que será disputado no século XXI terá elementos cooperativos e competitivos, uma locomotiva macroeconômica cooperativa terá de ser construída para evitar os ciclos inerentes ao capitalismo". E mais: "Para dar certo, uma economia multipolar, integrada e aberta requer coordenação monetária e fiscal entre os grandes países — Alemanha, Japão e Estados Unidos. É necessário uma locomotiva comum, e ela só poderá existir se os grandes países estimularem ou restringirem suas economias unanimemente. Não

resta dúvida de que a coordenação pode funcionar" (pp. 33 e 68).

Esse jogo competitivo-cooperativo pressupõe "um gigante militar gentil", (p. 287) algo inédito na história da humanidade, pois poder não se compartilha, ou melhor, até o momento nunca foi compartilhado. Cabe aos EUA desempenhar o novo papel de liderança. "Como a única superpotência econômica, eles não se impuseram ditatorialmente na segunda metade do século XX, mas foram um líder dominador cuja liderança não podia ser nem de leve contestada. [...] Esse mundo se foi, mas o mundo ainda precisa de um gerente. No século XXI, o gerente da economia do mundo será um líder entre iguais — um líder no consenso." Nem a Alemanha nem o Japão podem exercer esse papel, pois herdaram antecedentes militares da sua história recente cujos efeitos ainda se perpetuam e dificultam aos vizinhos aceitarem voluntariamente sua liderança.

A conclusão somente pode ser: "felizmente ou infelizmente, a liderança internacional é um atributo para o qual o poderio militar torna-se importante. Como os Estados Unidos serão a única superpotência militar do mundo no século XXI, é inevitável que eles assumam a gerência do sistema. Se recusarem, o que pode muito bem acontecer, simplesmente, não haverá um gerente. Quase que por definição, as superpotências militares são os países que não podem ser geridos por outros. Se uma outra nação tentasse administrar o sistema, os Estados Unidos poderiam facilmente usar a sua força militar para frustrar a sua gerência" (pp. 285-6). Noutras palavras, ainda veremos, por um longo tempo, o papel imperial desempenhado pelos Estados Unidos sobre o resto do mundo.

Quanto à enorme instabilidade inerente a um sistema monetário tripolar, o Autor apenas sugere a necessidade de se criar um "banco central mundial" — um emprestador mundial de última instância —, constituindo um dos pontos frágeis do livro, que, no entanto, não restringe a extraordinária compreensão dos problemas contemporâneos. Do nosso ponto de vista, a volatilidade das taxas de câmbio e de juros tornam imprescindível uma reforma do sistema monetário internacional. A continuidade das transações e dos investimentos exige a criação de instituições de regulação monetária supranacionais. Porém, cremos que estas não virão tão logo e tampouco serão decididas de forma pacífica e coordenada. Antes disso, presenciaremos algumas crises financeiras, vários processos recessivos, episódios de intensa

instabilidade cambial, conflitos comerciais acrescidos de protecionismos não tarifários etc.

Após identificar algumas fragilidades estruturais do sistema produtivo norte-americano, particularmente, o tamanho e a forma de organização das empresas, a baixa conglomeração e a perversa relação predominante entre as instituições financeiras e as empresas, Thurow afirma que as novas regras impostas pela economia do produtor "impõem a volta a uma era de grupos de negócios. Os grupos de negócios poupam o administrador das pressões do mercado de capitais a curto prazo, evitando administradores incompetentes. Participando uns dos conselhos diretores dos outros, os membros do grupo sabem o que está se passando. Comprando produtos entre si, eficiência tem que ser a tônica. Podem cooperar uns com os outros porque o lugar que ocupam nos conselhos diretores os coloca a salvo de traições subalternas. Sem essas conexões, ninguém sabe quem está do seu lado. Com a criação de grupos de negócios o mercado americano torna-se menos vulnerável à penetração estrangeira" (p. 330). O que implica revogar a lei antitruste e a tirania das declarações de lucros trimestrais.

Quanto ao sistema financeiro, o diagnóstico é mais dramático: "Na década de 80, os *vikings* financeiros estavam em toda parte, atacando de surpresa. Se as guerras das fusões e das tomadas acionárias tivessem contribuído de alguma forma para apurar a eficiência, ainda se poderia dizer alguma coisa em seu favor, mas a produtividade estava em queda no final da década". Então, "o capitalismo americano está precisando de um transplante de coração. Os mercados financeiros que se tornaram o coração do capitalismo americano precisam ser substituídos por capitalistas autênticos que poderão se tornar a alma do renascimento industrial" (pp. 330-1).

Diante disso, não basta "simplesmente desregularizar ou introduzir pequenas modificações na legislação antitruste. Toda a estrutura reguladora que rege as finanças e a indústria precisa ser alterada, a fim de que os maiores lucros e as maiores rendas sejam pagos aos que efetivamente expandem a produtividade e a produção e não aos que remanejam ativos financeiros" (p. 337).

Noutras palavras, o padrão de financiamento da acumulação produtiva norte-americana, sujeito às vicissitudes dos mercados de créditos e de capitais, anarquicamente competitivos e profundamente especulativos, tem de ser transformado de modo

radical. Para isto, Thurow propõe um novo relacionamento entre os fundos de pensão, fundos mútuos e companhias de seguros, proprietários de 60% a 70% das ações das empresas mais cotadas.

A conversão dos *traders* financeiros de curto prazo em capitalistas construtores de longo prazo requer uma derrubada dos limites legais que impedem as instituições financeiras norte-americanas de adquirir uma posição acionária dominante em firmas industriais. Conclui Thurow: "as instituições financeiras deveriam ser animadas a se tornarem autênticos capitalistas institucionais cujo sucesso ou fracasso baseia-se na capacidade de desenvolver corporações industriais saudáveis" (p. 338).

Defende, então, a construção nos Estados Unidos do "capital financeiro" nos moldes dos conglomerados alemães e dos *keiretsu* japoneses. Nas suas palavras: "permitir que as instituições financeiras dos Estados Unidos participem de companhias industriais (ou o contrário) levará, com o tempo, à formação de grupos de negócios equivalentes aos que existem no Japão e na Alemanha — ou que existiam nos Estados Unidos antes da Grande Depressão. *Esses bancos são indispensáveis para competir no mundo de hoje*" (p. 338).

As dificuldades para a execução deste projeto de reconstrução nacional são enormes, como reconhece o Autor. O padrão de funcionamento do mercado financeiro norte-americano adquiriu uma dinâmica própria e extremamente potente, consolidando interesses de grande monta. Neste sentido, basta enunciar que os presidentes das comissões bancárias do Congresso norte-americano, senador Don Riegle Jr. e deputado Henry Gonzales, são abertamente hostis a quaisquer mudanças que possam alterar a Reforma Bancária de 1991 com a decretação do Federal Deposit Insurance Corporation Improvement Act.

No que se refere às políticas industriais e comerciais defensivas Thurow faz a pergunta relevante: "Qual a estratégia que um país deve empregar para assegurar a sua cota, ou mais do que a sua cota, das novas indústrias de alto valor adicionado, alta produtividade e alta elasticidade de renda da demanda que fluem das vantagens comparativas geradas pelo homem?" (p. 300).

O paradigma japonês mais uma vez fornece a resposta básica. No Japão, o governo forneceu um mercado doméstico protegido para as empresas que competissem vigorosamente nos mercados estran-

geiros. "Proteção e competição existiram simultaneamente num relacionamento simbiótico com estratégias nacionais agressivas que incentivavam as indústrias-chave." Diante disto, "para terem alguma chance, as corporações americanas precisam de uma política estratégica de comércio defensiva nos Estados Unidos" (pp. 249 e 346).

Argumentação similar é defendida por Laura Tyson, em entrevista recente: "o 'ativismo cauteloso' aceita que o governo possa e deva apoiar o desenvolvimento tecnológico e a competitividade nacional ao formular políticas para indústrias de alta tecnologia".

Assim como faz recomendações para a reestruturação da economia dos Estados Unidos, Thurow sugere algumas políticas para os países da América Latina. "Em primeiro lugar, administrações internas caóticas, emperradas, burocráticas precisam ser substituídas por governos capazes de administrar eficientemente e que saibam quando devem se abster de intervir na economia. As distorções internas devem ser eliminadas e substituídas pelas políticas 'centralizadas, disciplinadas e de longo prazo' dos pequenos dragões da Orla do Pacífico. Em segundo lugar, o progresso técnico tem que substituir as matérias-primas como fonte de vantagem comparativa. [...] Por último, é preciso fazer alguma coisa com relação às dívidas internacionais" (p. 253). Na segunda proposição foi citado um autor muito conhecido, mas nem sempre levado em conta pelos latino-americanos, o saudoso Fernando Fajnzylber.

Finalmente, algumas palavras sobre a formação do mercado comum interamericano, o Western Hemisphere Free Trade Agreement — WHFTA — através da "Iniciativa para as Américas", do ex-presidente dos EUA, George Bush. Thurow de forma lacônica transforma os sonhos de alguns mais desavisados em pesadelos: "Economicamente, a América Latina não acrescenta nada de importante à América do Norte" (p. 98). *That's all!*

Resta ainda sugerir que o livro, a despeito de tratar de questões tão amplas, complexas e relevantes para a redefinição da ordem ou desordem mundial, foi escrito numa linguagem simples e direta, sendo acessível a qualquer leitor, mesmo aos não iniciados.

Marcos Antonio Macedo Cintra é mestre em economia pelo Instituto de Economia da Unicamp e ex-bolsista do Cebrap.